CONCURSO DE INGRESSO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA DELEGAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

EDITAL N. 02/2007

RECURSO N. 02.2007.0681745-0

Trata-se de recurso interposto por Platinny Dias de Paiva, inscrição n. **681745**, em face da decisão de fl. 05, pela qual a Comissão Examinadora deferiu parcialmente o título apresentado pelo candidato, qual seja:

1) Exercício de advocacia no período de 31/05/05 a 14/04/09;

O recorrente alega que “ *tem direito a um total de 05 (cinco) pontos na Prova de Títulos, por exercício da advocacia de 2005 a 2009. A atividade está devidamente comprovada. Se houve dúvida, os sinais pela existência de atividade jurídica são predominantes, devendo ser considerados.*”

É o sintético relatório.

Razão não assiste ao recorrente, como restará demonstrado a seguir:

Quanto ao primeiro item, o Edital, no item 2, do Capítulo VI que cuida da prova de títulos, a forma de comprovação do exercício da advocacia se dá pela juntada de certidão de inscrição na OAB e certidões das secretarias de juízo em que tenha atuado.

O recorrente juntou uma certidão que não menciona a data de distribuição dos processos ou se ainda estão em andamento. Ademais a certidão atesta que o recorrente “ *atuou como advogado nesta Comarca*”. Foram pontuados apenas os anos de 2005 e 2009, porque são nestes anos, após a inscrição do candidato na OAB (31/05/05) que poderiam ser pontuados, quais sejam: autos nº 039009023997-6 e nº 039005010026-7. O candidato não se desincumbiu de complementar as informações da certidão nem no recurso, não podendo ser pontuado não havendo certeza da atuação.

Pelo exposto, mantenho a decisão da Comissão Examinadora e submeto a decisão ao Egrégio Conselho da Magistratura para deliberação final, conforme alínea b do item 1.2 do Capítulo IX do Edital n. 02/2007.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2010.